

ATIVISMO

A FORÇA DOS MINORITÁRIOS

As assembleias gerais de acionistas ocorridas neste ano foram movimentadas. Em diversas companhias, os minoritários se organizaram para fazer valer sua voz na eleição dos conselheiros de administração. Segundo Guilherme Affonso Ferreira, presidente da Bahema Participações, 2013 foi mais um ano de progresso no ativismo desses acionistas. “Mesmo os estrangeiros que costumavam ter uma atitude mais passiva em relação às empresas brasileiras onde investem, vem ano a ano aumentando seu envolvimento e participando de grupos de mobilização minoritária”, diz.

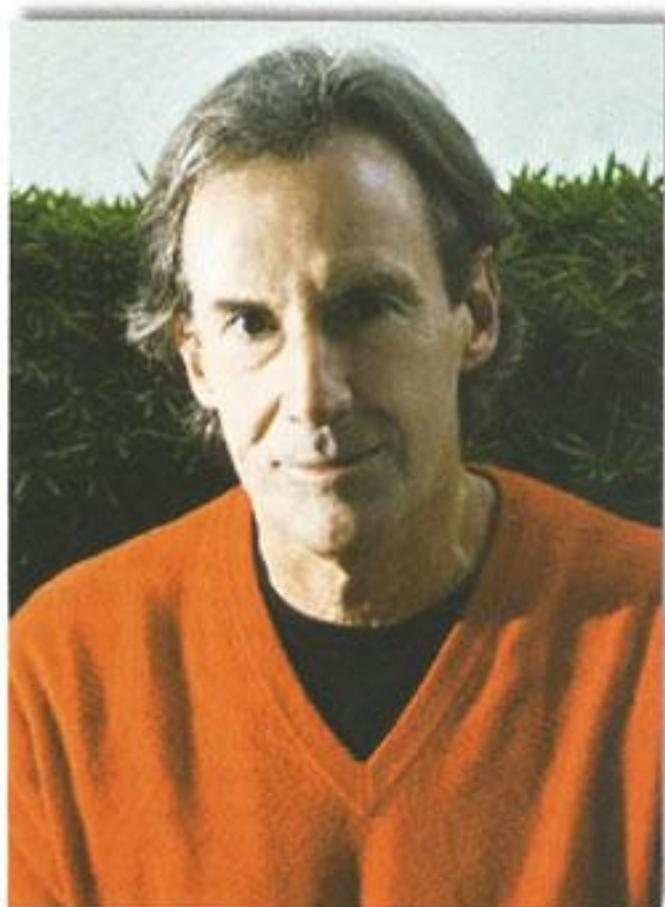
por **ISABELLA ABREU**

Além disso, vários acionistas solicitaram a adoção de voto múltiplo para emplacar um representante. Por esse mecanismo, cada ação é multiplicada pelo número de membros do conselho que serão eleitos. Dessa forma, é possível concentrar todos os votos em um único candidato ou distribuí-los entre vários. Companhias como HRT, Usiminas, Log-In, Metalúrgica Gerdau e Triunfo tiveram o pedido de acionistas para a adoção do instrumento.

Em entrevista à Reuters, o superintendente de relações com empresas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fernando Soares Vieira, afirmou que tem notado uma maior utilização desse procedimento. De acordo com a autarquia, o aumento do número de companhias com capital disperso no mercado e um maior ativismo por parte dos investidores pode estar por trás do crescimento do interesse pelo voto múltiplo.

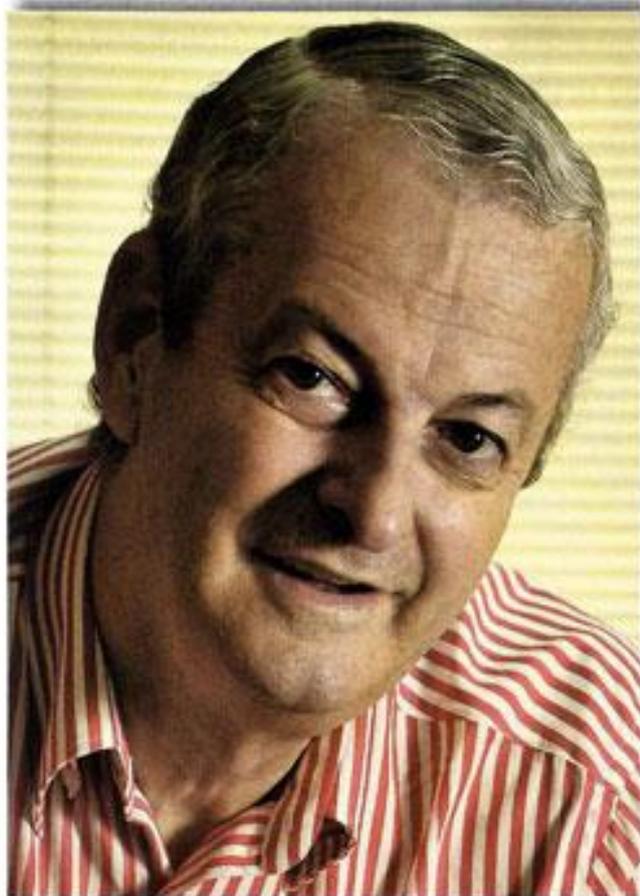
Outro fator que também tem influenciado os minoritários é o desempenho das companhias, como é o caso da HRT. A petroleira não vem apresentando bons resultados - no último ano, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) foi negativo em R\$ 369 milhões. Em assembleia, a gestora Discovery Capital Management, que também está insatisfeita com os resultados obtidos pela atual administração da companhia, conseguiu eleger três cadeiras no conselho: Oscar Alfredo Prieto, Stefan Alexander e François Moreau.

A votação transcorreu de forma harmoniosa e o processo foi até elogiado por Marcio Rocha Mello, fundador da companhia. “Elegemos o órgão soberano da companhia de forma mais positiva possível e que irá trabalhar para



GUILHERME AFFONSO FERREIRA,
Bahema Participações

o bem da HRT, visando atingir ao máximo nossos objetivos”, disse em seu discurso de encerramento. No entanto, no dia 29 de abril, Mello surpreendeu o mercado ao anunciar sua renúncia ao comando da empresa - ele permanece apenas no conselho.

**JULIO SERGIO CARDOZO**, Consultor

Na Usiminas, o processo de voto múltiplo também foi utilizado na eleição do conselho. O fundo Geração L Par, criado pelo empresário Lirio Parisotto, formulou um pedido público de procuração para pedir o apoio de outros minoritários à eleição de Julio Sergio de Souza Cardozo, ex-sócio da Ernst & Young e conselheiro fiscal da Celesc. No entanto, o fundo não conseguiu emplacar seu candidato.

MOBILIZAÇÃO

Outra novidade da temporada de assembleias deste ano foi a criação do Grupo de Governança Corporativa (GGC), formado em janeiro por sete conselheiros profissionais com o objetivo de ocupar assentos nos conselhos de administração e fiscais de companhias como AES Eletropaulo, Banco do Brasil, Bie-Banco, Bradespar, CSN, Tecnisa e Usiminas. O grupo também teve o apoio do fundo Geração Futuro L. Par, que mantém posições significativas nas sete empresas. "Nosso objetivo primeiro foi ocupar de forma profissional as vagas destinadas a não controladores, em especial aquelas decorrentes dos níveis diferenciados de governança da BM&FBovespa", afirma o advogado Marcelo Gasparino, um dos fundadores do GGC.

**MARCELO GASPARINO**, GGC

Além dele, concorreram neste ano Telma Suzana Mezia (conselheira da Previ), Julio Cardozo (professor da Fundação Getulio Vargas), Arlindo Magno de Oliveira (conselheiro da Centrais Elétricas de Santa Catarina), Josimar Bignotto (executivo da Goodyear), Manuel Jeremias Leite Caldas (conselheiro da Eletrobras e da Eletropaulo), e o advogado Robert Juenemann.

De acordo com Gasparino, foram 7 candidatos, elegendo 7 assentos em Conselhos de Administração e 6 para conselhos fiscais, além de 2 suplências. "Somado aos mandatos em andamento, os membros do GGC ocupam 19 assentos em 13 companhias", conta.

A relação entre minoritários e controladores ainda é conflituosa. Na Petrobras, o embate deste ano repetiu o pleito de 2012, quando minoritários conseguiram eleger representante para o CA. No entanto, isso só foi possível após intensa negociação com a União, representante do controlador. O assento destinado aos detentores de papéis ordinários foi ocupado pelo presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), Mauro Cunha.



RENATO CHAVES, Consultor

Para a vaga relativa aos preferencialistas, o empresário Jorge Gerdaui foi reconduzido ao cargo. Já na outra estatal Eletrobras, os minoritários conquistaram pela primeira vez um lugar como representante dos detentores de preferencialistas, com a eleição de João Lian. Marcelo Gasparino, eleito em dezembro, foi novamente conduzido ao cargo relativo aos ordinaristas.

Com o intuito de evitar mais atritos com os controladores, o GGC solicitou às empresas a divulgação ao mercado dos indicados pelos minoritários com até 45 dias de antecedência à data de cada assembleia. No entanto, apenas a AES Eletropaulo e a Tecnis atenderam ao pedido.

Segundo o porta-voz do GGC, a legislação e a regulamentação vigentes não facilitam a participações dos acionistas não controladores, que ficam vulneráveis à desatenção por parte das companhias aos requerimentos protocolados. O grupo enfrentou, por exemplo, problemas com BicBanco e CSN. "A interpretação dos dispositivos que garantem a representação de minoritá-

“

A mobilização ainda é falha por deixar de lado questões importantes, como a remuneração de executivos e dos Conselhos de Administração, especialmente nas empresas que escondem a informação protegidas por uma liminar judicial.

”

rios e preferencialistas nos conselhos ainda é objeto de muita divergência. Apesar da edição do Ofício Circular SEP 01-2013, que previu quóruns mínimos para a eleição em separado do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, na prática, observamos uma postura quase sempre restritiva em relação aos direitos das minorias", salienta Gasparino.

Para que as assembleias sejam mais democráticas, Julio Cardozo, conselheiro e presidente da consultoria Julio Sergio Cardozo & Associados, acredita que é preciso garantir voz ao minoritário. "O quórum vai aumentar na medida em que o acionista minoritário se sinta encorajado a participar", diz. Segundo ele, os minoritários podem trazer contribuições importantes para o aperfeiçoamento das práticas de governança corporativa e até mesmo para o próprio negócio graças à sua visão independente.

Apesar dos avanços já obtidos, o especialista em governança corporativa Renato Chaves avalia que a mobilização ainda é falha por deixar de lado questões importantes, como a remuneração de executivos e dos Conselhos de Administração, especialmente nas empresas que escondem a informação protegidas por uma liminar judicial. "Outro aspecto normalmente ignorado diz respeito ao direito à fiscalização, pois raramente os acionistas unem forças para solicitar a instalação de conselhos fiscais", ressalta. **RI**